

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

2

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

2

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e a apropriação e reconstrução do conhecimento científico 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-608-9

DOI 10.22533/at.ed.089200212

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Esta obra surge no bojo de uma pandemia: a do novo coronavírus. Contexto marcado pelo distanciamento social e conseqüentemente a suspensão das atividades presenciais em escolas e universidades. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pandemia da COVID-19 já impactou os estudos de mais de 1,5 bilhão de estudantes em 188 países. E é nessa conjuntura de um “novo normal” que os autores dessa obra organizam as produções que compõem este volume.

Boaventura de Souza Santos¹ em sua obra “A cruel pedagogia do vírus” nos apresenta algumas reflexões sobre os desafios desse período emergencial e lança luz sobre as desigualdades sociais evidenciadas por esse panorama. E conseqüentemente, na Educação, esses aspectos compactuam de algum modo, ao acentuar a exclusão daqueles que não conseguem adequar-se desencadeando impactos no ensino como, por exemplo, acesso a tecnologia, reinvenções metodológicas e a mudança de rotina da sala de aula, dentre outros. O cenário emergencial potencializa os desafios e traz à baila as fragilidades do ensino, ainda em fase de apropriação, pois precisam ser compreendidos, ou seja, as informações carregam intencionalidade.

As discussões realizadas neste volume 2 de “**Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico**”, perpassam pela Educação e seus diferentes contextos e reúnem estudos de autores nacionais e internacionais. Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país e que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejamos uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

1 SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel Pedagogia do Vírus. Editora Almedina, Portugal. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

RELEVÂNCIA DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS RECENTES: UMA APRECIÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Alberto de Mello e Souza

Léo da Rocha Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.0892002121

CAPÍTULO 2..... 9

COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE E OS EXCLUÍDOS DE COR E GÊNERO NAS ESCOLAS DE SÃO JOSÉ NO FINAL DO SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Janaina Amorim da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0892002122

CAPÍTULO 3..... 20

COMO COMPREENDER A PARTIR DO PARADIGMA DA PEDAGOGIA CRÍTICA A FORMAÇÃO DOCENTE DO EDUCADOR NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE 1962 E A FORMAÇÃO DOCENTE NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA DE 2003

Alfonso Claret Zambrano

DOI 10.22533/at.ed.0892002123

CAPÍTULO 4..... 43

DESAFIOS PARA A CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CÂMPUS URUAÇU

Marcilene Dias Bruno de Almeida

Gene Maria Vieira Lyra-Silva

DOI 10.22533/at.ed.0892002124

CAPÍTULO 5..... 57

IMPACTOS E DESAFIOS DA INDÚSTRIA 4.0 NO ÂMBITO EDUCACIONAL: NOVAS POSSIBILIDADES E METODOLOGIAS NO CONTEXTO ESCOLAR

Tamara Almeida Damasceno

Marcela Karoline da Costa Teles

Cacilene Moura Tavares

Maria Cândida Lima de Sousa

Gissele Christine Tadaiesky Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.0892002125

CAPÍTULO 6..... 70

TEMÁTICAS AMBIENTAIS PRESENTES EM FEIRA CIENTÍFICA RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA

Adriane da Costa Gonçalves

Maria de Fátima Vilhena da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0892002126

CAPÍTULO 7	80
ENSINO DE CONCEITOS GEOMÉTRICOS EM ARTES NA ESCOLA BÁSICA: USOS DO TANGRAM NA METODOLOGIA DA ENGENHARIA DIDÁTICA	
Nancy Melo Borges Vieira do Nascimento José Vieira do Nascimento Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.0892002127	
CAPÍTULO 8	96
AISPA – AVALIAÇÃO INTERSUBJETIVA SIMÉTRICA E PLURIDIMENSIONAL DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA HARBEMASIANA DO AGIR COMUNICATIVO	
Robson Sueth André Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.0892002128	
CAPÍTULO 9	121
“ORGANQUIM” UMA PROPOSTA DE JOGO PARA O ENSINO DE QUÍMICA ORGÂNICA	
Luana Alves de Queiroz Susã Disilvania dos Santos Carvalho Édina Cristina Rodrigues de Freitas Alves Renato Gomes Santos Tatiana Aparecida Rosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0892002129	
CAPÍTULO 10	133
JOGO DIDÁTICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE QUÍMICA: “O LIXO TÓXICO DO DIA A DIA”	
Diuly Pereira Tófolo Érica Rost Luciene Correia Santos de Oliveira Tatiana Aparecida Rosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.08920021210	
CAPÍTULO 11	146
A VALORIZAÇÃO DA LITERATURA PARAENSE NO ÂMBITO ESCOLAR NA PERSPECTIVA CTSA	
Cacilene Moura Tavares Mayara Cristina Figueiredo Lima Nazarena Guimarães Sidilene Brito da Silva Valdirene Barbosa da Silva Cleudes Carvalho de Oliveira Ana Karla Barbosa Lima Gissele Christine Tadaiesky Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.08920021211	

CAPÍTULO 12.....	156
SUSTENTABILIDADE: EDIFICAÇÕES ESCOLARES E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS Daniela Wipieski Martins Padilha DOI 10.22533/at.ed.08920021212	
CAPÍTULO 13.....	164
INTUIÇÃO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS: UM DESAFIO A ALUNOS DO 12º ANO Letícia Gabriela Martins Maria Helena Martinho DOI 10.22533/at.ed.08920021213	
CAPÍTULO 14.....	172
O ENSINO DE ÉTICA NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM Aparecida Lima do Nascimento Ingridy Tayane Gonçalves Pires Fernandes Sílvia Maria dos Santos DOI 10.22533/at.ed.08920021214	
CAPÍTULO 15.....	183
O JOGO “NUNCA” 10 COMO RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL Iracema Cardoso Figueredo Daniela Ameno dos Santos Luciane Ribeiro Silva Maísa de Jesus Filgueiras DOI 10.22533/at.ed.08920021215	
CAPÍTULO 16.....	192
A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR VISANDO A PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE EM UM AMBIENTE ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO PROJETO SEPUC Vitor Medeiros Xavier Gabriella Neves da Silva Lima Ivanete Viturino DOI 10.22533/at.ed.08920021216	
CAPÍTULO 17.....	206
A VIDA TEM A COR QUE A GENTE PINTA! Claudia Aparecida Affonso de Oliveira Denise Martins Soares da Costa Elaine de Souza Abbt Isabel Inez dos Santos Silva Jucilene de Carvalho Escrivani DOI 10.22533/at.ed.08920021217	

CAPÍTULO 18.....	213
METODOLOGIA ATIVA: A ARTE DE ENSINAR ENFERMAGEM	
Daniela Simões Silva Di Francesco	
Ingridy Tayane Gonçalves Pires Fernandes	
Haroldo Ferreira de Araujo	
Aparecida Lima do Nascimento	
Márcia Zotti Justo Ferreira	
Priscila Oliveira Fideles dos Santos	
Lucilení Narciso de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.08920021218	
CAPÍTULO 19.....	222
A IMPORTÂNCIA DO MEIO AMBIENTE E DA PRÁTICA DE VALORES NA FORMAÇÃO DO SUJEITO	
Pamela Bruna Ricardo	
Marco André Serighelli	
DOI 10.22533/at.ed.08920021219	
CAPÍTULO 20.....	232
A LINGUAGEM DA LINGUAGEM	
Eugenia Edith Díaz	
DOI 10.22533/at.ed.08920021220	
SOBRE OS ORGANIZADORES	246
ÍNDICE REMISSIVO.....	248

CAPÍTULO 2

COLONIALIDADE/DECOLONIALIDADE E OS EXCLUÍDOS DE COR E GÊNERO NAS ESCOLAS DE SÃO JOSÉ NO FINAL DO SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 21/09/2020

Janaina Amorim da Silva

Doutoranda do Programa de Educação - UFSC
Florianópolis - SC
<http://lattes.cnpq.br/4360327830806761>

RESUMO: O objetivo principal desse artigo é fazer reflexões acerca da colonialidade e decolonialidade, relacionando com o contexto educacional de exclusão de cor e gênero que ocorria nas escolas de São José da Terra Firme, no território catarinense, durante o final do século XIX e primeira metade do século XX, a partir das legislações e documentos históricos governamentais. Em um primeiro momento serão apresentados dados e informações sobre a cidade e as escolas da região e num segundo momento trarei à tona, algumas legislações nacionais e provinciais, bem como fragmentos de entrevistas, fazendo inserções reflexivas a partir das contribuições dos autores decoloniais da América Latina.

PALAVRAS - CHAVE: Colonialidade - decolonialidade - educação - racismo - sexismo.

COLONIALITY / DECOLONIALITY AND THE EXCLUDED OF COLOR AND GENDER IN THE SCHOOLS OF SÃO JOSÉ AT THE END OF THE NINETEENTH CENTURY AND THE FIRST HALF OF THE TWENTIETH CENTURY

ABSTRACT: The main objective of this article is to reflect on coloniality and decoloniality, relating to the educational context of exclusion of color and gender that occurred in the schools of São José da Terra Firme, in the territory of Santa Catarina, during the late 19th and first centuries half of the twentieth century, from legislation and government historical documents. In a first moment, data and information about the city and schools in the region will be presented and in a second moment, I will bring up some national and provincial laws, as well as fragments of interviews, making reflective insertions from the contributions of Latin American decolonial authors.

KEYWORDS: Coloniality - Decoloniality - Education - Racism - Sexism.

INTRODUÇÃO

A história de São José da Terra Firme, na Grande Florianópolis, contava com a presença exclusiva dos povos originários indígenas até o século XVIII, posteriormente chegaram os primeiros europeus portugueses a partir de 1750, o que elevou a região à categoria de freguesia em 1756. Ainda no século XVIII, recebeu os primeiros africanos na condição de

escravizados e no século XIX a partir de 1828 chegam primeiros imigrantes alemães que viriam a substituir no final deste século a mão de obra escravizada além de promover o desejado branqueamento da sociedade josefense. Em maio de 1833 a freguesia passa a ser Vila. Nesse momento, os principais edifícios que compunham a parte central de São José eram a Igreja Matriz de São José, a Câmara Municipal, o Teatro Municipal, a Casa Paroquial, a Delegacia de polícia com cadeia pública, a Guarda Nacional de São José, o Cemitério Municipal, a Bica da Carioca e a primeira escola, criada em 1838 pela lei nº 93 que segundo relatório de presidente de província, ensinava “a ler, escrever, a prática das quatro operações, de aritmética, doutrina cristã e prendas domésticas, necessárias à boa educação feminina.” (GERLACH: 2007 p.26)

O cenário da cidade até os dias atuais, com seus casarios coloniais e demais obras arquitetônicas preservadas no Centro Histórico revelam que a memória preservada materialmente, enaltece a cultura portuguesa açoriana e dos demais povos europeus, na formação da cidade. Em outras palavras, diante da diversidade étnica milenar de povos indígenas, dos africanos e afro-brasileiros presente no território josefense, houve uma escolha estatal e social pela valorização cultural dos imigrantes europeus.

A colonialidade¹ presente no contexto de formação da cidade de São José, corroborou para que a educação refletisse a desigualdade dos sujeitos na sociedade. Os estudantes excluídos ou indesejados, estão fora do padrão corporal europeu. As legislações educacionais e os dados que serão apresentados reforçam esse pressuposto. Nesse sentido, os autores decoloniais² enegrecerão a questão, contribuindo com elementos que nos permitem refletir sobre um caminho possível e contrário a colonialidade.

PANORAMA DA EXCLUSÃO DE COR E GÊNERO NA EDUCAÇÃO EM SÃO JOSÉ NO FINAL DO SÉCULO XIX E MEADOS DO SÉCULO XX

Dentro do período histórico aqui discutido, em pleno processo civilizatório, ocorreram grandes transformações na sociedade brasileira e catarinense. Na política, tivemos o fim da monarquia imperial e o início da república, germinando novas aspirações para o país e interesses políticos. Ao mesmo tempo que na maior parte deste século, ainda persistia o

1 Diferentemente de colonialismo que teve seu início no século XV com a dominação e formação histórica de territórios coloniais promovidos por nações europeias em território americano entre outros, tendo seu término oficial com a emancipação política no século XIX; a colonialidade continua até os dias atuais na forma de sistema opressor de poder que persiste numa lógica de desumanização e desqualificação dos sujeitos não europeus bem como de seus saberes e do seu modo ser e estar no mundo.

2 O pensamento decolonial tem buscado romper com as colonialidades vividas pelos povos não europeus. Esta abordagem epistêmica vem sendo desenvolvida principalmente por estudiosos latino-americanos da decolonialidade, especialmente o Grupo Modernidade/Colonialidade, dentre os quais destacamos Anibal Quijano, Catherine Walsh, Edgard Lander, Enrique Dussel, María Lugones, Nelson Maldonado-Torres, Ramon Grosfoguel, Santiago Castro Gomez, Walter Dignolo, bem como os brasileiros Claudia Miranda, Luis Fernandes Oliveira, Maria Antonieta Martinez Antonacci, Nilma Lino Gomez e outros. No conjunto de autores da decolonialidade, percebe-se uma abertura de possibilidades outras para a produção de conhecimentos; para formas múltiplas de ser; para a valorização de saberes e fazeres diversos e valorização das experiências vividas.

regime escravocrata, dividindo a população por critérios raciais que justificavam a violenta exploração e discriminação.

A educação escolar no século XIX não era pensada para todos e todas, apenas uma elite branca de maioria masculina se beneficiava do mundo letrado, dentro de um país de analfabetos. Quanto a instrução pública e primária da Província de Santa Catarina, o censo de 1872 apresentava o índice de analfabetismo de oitenta e seis por cento da população total e noventa e nove por cento da população escravizada.

A instrução primária e secundária passou a ser responsabilidade das províncias legalmente a partir da promulgação do Ato Adicional de 1834, ficando como atribuição do governo federal o ensino superior em todo o país. A partir de então, as províncias do Império passaram a ser administradas pelos governantes locais, que ficavam encarregados de organizar e gerir seu sistema educacional. Havia uma preocupação em combater o analfabetismo, mas além de instruir as pessoas havia o desejo de civilizá-las, mantendo a devida distância, do pobre e do rico, do branco e do negro, do homem e da mulher. Como podemos exemplificar com o trecho do jornal O MENSAGEIRO:

“Quando desejamos, por exemplo, que os homens destinados para a lavoura, para as artes fabris saibam ler, não queremos que eles se habilitem para ler muitos livros, para gastar nisso a vida, para serem grandes letrados(...). A simples instrução de ler, escrever e contar para os meninos pobres, desenvolve suas faculdades e lhes dá um certo grau de cultura moral³.”

Segundo o Relatório do Presidente da Província de 1855, São José anunciava um quadro populacional nesse mesmo ano, com uma estimativa de 13 mil habitantes, sendo metade na sede e a outra nas freguesias. A instrução primária nesse momento apresentava o seguinte quadro comparativo com Desterro (atual Florianópolis): São José – 06 escolas masculinas com 121 alunos e 01 escola feminina com 30 alunas, enquanto Desterro – 10 escolas masculinas com 353 alunos e 04 escolas femininas com 184 alunas.

O contingente feminino drasticamente inferior ao masculino nos bancos escolares josefenses, nesse período no século XIX, revela uma distinção de atribuição de papéis sociais e expectativas conforme gênero, que necessita ser estudada. A legislação educacional a partir de 1843, como nos mostra SCHMIDT, passa a diferenciar os currículos,

o conteúdo das escolas femininas passou a ser diferenciado sob a alegação de que o “belo sexo⁴” não necessitava de tantas informações quanto os meninos. Nas escolas femininas não estavam incluídas as quatro operações de aritmética quebrados, decimais, proporções, noções de geometria teórica e prática e elementos da geografia.

(SCHMIDT: 2012, p. 174).

3 MENSAGEIRO, p. 3c.1 e 2, de 23 de fevereiro de 1856.

4 Belo sexo era uma expressão usada principalmente nos jornais, para referir-se às mulheres de classe média ou alta.

A colonialidade do poder que controla não apenas a autoridade, mas a economia, a natureza, e também o corpo das pessoas, através de sua sexualidade e gênero, nos conduz ao entendimento do tratamento diferenciado que recebem homens e mulheres, brancos e negros. É o que Walter Mignolo (MIGNOLO:2010, p.41) chamaria de “corpopolítica”, que seria o reconhecimento político que visibiliza um corpo branco, masculino e heterossexual, repousando invisível por trás das políticas hegemônicas do conhecimento da modernidade imperial europeia.

Além dos currículos e escolas diferenciadas, as mulheres enfrentaram, limitações para prolongar o grau dos seus estudos, sendo impedidas de frequentar o ginásio e os cursos superiores por um longo tempo na história da educação brasileira. Além do mais, o corpo feminino era alvo de controle tanto para estudantes, como professoras, estando elas impedidas de se casarem e ter filhos, caso decidissem pela carreira do magistério. A lei número 1.187 de 05 de outubro de 1917 do Estado de Santa Catarina determinava que “as candidatas ao magistério público que se matricularem na Escola Normal, da data desta lei em diante, diplomadas e nomeadas professoras, perderão o cargo se contratarem casamento.”(LOURO, 2004, p. 468). A referida lei intensificou o controle sobre o corpo feminino das professoras a partir de 21 de setembro 1921 com lei número 1.380, que estendia a proibição às professoras complementaristas e provisórias dos grupos escolares e escolas isoladas. (TEIVE, 2008, p.185).

Por outro lado, se a presença feminina na escola formal em São José era reduzida e as limitações eram muitas, o que dizer das mulheres e homens afrodescendentes na condição de escravizados, impedidos por força da lei de frequentarem a escola? Segundo nos traz a historiadora Virginia Boff, o Decreto Imperial nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854, que estabelecia a reforma do ensino primário e secundário, regulamenta em seu conteúdo o artigo abaixo citado, reforçando os impeditivos dos africanos e afrodescendentes em situação de escravidão a acessar as formas convencionais de ensino, ou seja, à escola regular: “Art. 69. Não serão admitidos á matrícula, nem poderão frequentar as escolas: §1º Os meninos que padecerem de molestias contagiosas. §2º Os que não tiverem sido vacinados. §3º Os escravos (BOFF: 2015, p.59).

A presença dos afrodescendentes nos bancos escolares oficialmente só foi permitida após 1888 com a abolição da escravatura, porém mesmo assim a inserção foi dificultosa, ofertando a princípio cursos noturnos em poucos pontos da cidade. Havia um temor constante que os negros viessem a se organizar, e, certamente, o domínio da leitura e da escrita poderia tornar-se um instrumento poderoso para essa organização (VILLELA: 2011, p. 108).

Pensar, portanto na ausência ou desvalorização desses sujeitos no espaço escolar por séculos, nos faz reconhecer que as desigualdades sociais e políticas acabam sendo inscritas nos corpos, tanto pelo sexo e gênero que possuem, quanto pela cor. A escola segundo LOURO, é um dos locais geradores de

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. Concebida inicialmente para acolher alguns — mas não todos — ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. (LOURO: 1997, p.57).

Esse reconhecimento, das diferenças e desigualdades que atravessam esses corpos não hegemônicos e da escola como um ambiente excludente e hierarquizador dos sujeitos, onde alguns estudantes valem mais e outros menos, têm como referência o padrão europeu, o sujeito branco, masculino e de uma classificação social privilegiada, vinculada a história de colonialidade a qual estamos atrelados.

Como aponta o sociólogo peruano, Aníbal Quijano, a estrutura colonial de poder produziu discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” e que mesmo após o fim da colonização política, a colonialidade, que inaugura na América, a modernidade, se renova amparada em discursos com pretensão científica e universal (QUIJANO: 1992, p. 439).

A sistemática repressão, desde os tempos coloniais, das imagens, crenças, ideias, símbolos, modos de conhecer e ser dos colonizados, aliado a imposição do modo de expressão dos dominantes, têm ocorrido no Brasil e na América Latina, entre outros continentes, com o amparo da educação escolar, nos moldes da cultura europeia. Seja por sua estrutura física, seus currículos, suas práticas cotidianas ou formação das professoras, o universo das escolas não pensa na valorização da cultura e do povo brasileiro e sim numa cultura dita universal que valoriza apenas a episteme europeia.

A cultura europeia se converteu em uma sedução, uma aspiração, um modelo a ser seguido, quanto mais próximo melhor. Essa relação de subalternidade estimulou a exclusão por parte de uma elite local, dos sujeitos que mais se afastassem do padrão europeu, indígenas, negros e mulheres. Instalou-se então uma cegueira a respeito dos modos não europeus de pensar e produzir conhecimento. Uma negação de si mesmo.

O estudante negro excluído do processo educacional, de um país colonizado por europeus como o nosso, mesmo que consiga se matricular, será levado a abrir mão de tudo que lhe compõe. De acordo com Faustino, como ser social historicamente determinado esforça-se para se aproximar o máximo possível do universo do colonizador, sob pena de, não fazê-lo, não ser reconhecido como ser humano. (FAUSTINO: 2018, p. 55)

Um dos precursores do movimento anticolonial, o martinicano Frantz Fanon, recusa o universalismo abstrato próprio ao humanismo europeu, que gera violência e desumanidade aos outros povos, para afirmar um novo humanismo, voltado à desracialização da experiência. Fanon pretende dessa forma, encorajar o homem e a mulher negra a superar o complexo de inferioridade em que são estimulados a internalizar, desalienando-os do

processo de embranquecimento a que foram submetidos.

As diferenças de cor e gênero na educação não foram bem-vindas, por estarem inseridas numa sociedade que se construía racista e sexista, sendo utilizadas essas categorias como elementos fundantes e constitutivos de relações de dominação. Como aponta Grosfoguel, “os homens ocidentais têm tido privilégios e se apropriado do conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticos, inferiorizando-os e definindo o que é verdade e melhor pra eles”(GROSFOGUEL: 2016, p.25), gerando estruturas e instituições que mantenham a superioridade masculina e branca.

A escola republicana que germinava “deveria civilizar e moralizar o povo, disciplinando seus corpos e mentes para a modernidade e para tal acreditava-se ser necessário inaugurar novas formas de escolarização, muito especialmente, o grupo escolar” (TEIVE, 2005, p. 29). Era a época que se introduziu no Brasil o processo civilizatório, inspirado nas ideias liberais somadas as ideias conservadoras e desiguais, como a herança cultural de uma sociedade patriarcal.

Havia em 1913 no perímetro urbano da cidade de São José apenas cinco escolas públicas estaduais e duas paroquiais, atendendo a duzentos e setenta e uma crianças. No entanto, o primeiro grupo escolar situado no Centro Histórico da cidade chamado Francisco Tolentino, viria a ser construído apenas dezesseis anos mais tarde, em setembro de 1929, tornando-se referência no curso elementar e também na formação de professores e professoras com o Curso Normal (GERLACH, 2007).

Na economia, em meados do século XX era uma fase de crescimento da classe comercial e do despontar das primeiras fábricas e indústrias, incentivado pelos conflitos europeus, que fizeram com que a elite concebesse uma proposta de educação mais democrática, com objetivo de formar minimamente uma massa de mão de obra para o novo mercado de trabalho que surgia, exigindo inclusive a inserção da mulher, especialmente nas classes mais populares. A complexidade do contexto histórico promoveu gradativamente alterações nas proposições educacionais do cotidiano escolar na cidade de São José, assim como em todo o território catarinense, introduzindo sujeitos até então excluídos ou desvalorizados, do espaço escolar e do direito à educação.

Os dirigentes da educação pública no Brasil “na primeira metade do século XX se empenharam em uma série de expansões do sistema escolar e em projetos de reforma que visavam tornar as escolas públicas acessíveis aos brasileiros pobres e não brancos que na virada do século, eram, excluídos da escola. Esses educadores buscavam “aperfeiçoar a raça” - criar uma “raça brasileira” saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista” (DÁVILA: 2006, p.21)

Durante o período histórico da República Velha e a Era Vargas quando as instituições educacionais foram formadas, estiveram vinculadas ao mesmo ministério da Saúde, não por acaso a política de educação deste período foi pensada por um seletor

grupo de educadores, intelectuais, cientistas sociais e médicos que tinham como projeto liberar a população brasileira do que eles imaginavam ser uma degeneração: a população originária e afrodescendente. O pensamento racial e eugenista do grupo que dominava as decisões sobre educação, consideravam os alunos pobres e de “cor” como doentes, problemáticos e mal adaptados. Por isso o currículo e as práticas escolares que criaram, refletia e reproduzia as desigualdades presentes na sociedade.

Se no século XIX e início do século XX o perfil dos professores, diretores, inspetores e alunos eram predominantemente masculinos, a realidade das circunstâncias econômicas e sociais foram mudando esse quadro.

Na mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina em 18 de setembro de 1906 pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira no exercício das funções de governador do Estado, relata no trecho relativo a instrução pública:

“A matrícula da Escola Normal pelo novo regulamento é de 65 alunos, dos quais apenas 42 frequentam o curso normal e apenas 23 preparam-se para o curso livre. Dos 42 alunos do Curso Normal, somente 4 são do sexo masculino. (...) Conviria que alguma coisa se fizesse no sentido de estimular a mocidade na carreira do magistério público, onde tão precário é o número daqueles que possuem a necessária competência para o ensino⁵.”

Aliado ao contexto nacional, a educação catarinense e josefense percebia a necessidade de ampliar a profissionalização para o magistério, assim como o crescente desinteresse dos homens à carreira do magistério, atrelado provavelmente as novas profissões que estavam surgindo, vinculadas ao processo de urbanização e industrialização, muito mais vantajosas financeiramente.

O novo quadro imaginado para o perfil de professores que os reformadores de educação criaram - era branco, feminino e de classe média. Esse projeto deliberado dos reformadores de “forjar uma identidade para os para os professores da cidade, passou pela política educacional de criar normas que tornaram mais difícil para os candidatos pobres ou afrodescendentes iniciarem esse preparo.” (DÁVILA: 2006, p. 148)

Em Santa Catarina a reforma curricular passou no Governo de Vidal Ramos pelas mãos de Orestes Guimarães, criando o curso Normal em 1911 com o objetivo de formar professoras para atuarem no ensino primário. Segundo pesquisa da professora Gladys:

“Na cultura escolar que foi sendo instaurada na Escola Normal Catarinense a partir de 1911 os espaços deveriam ser eles próprios educativos, ou seja, o cultivo dos corpos e mentes dos/as normalistas (...) adequando-a às novas exigências de ordem pedagógica e de higiene escolar” (TEIVE, 2005, p.192).

O discurso foi mudando e a identificação da mulher com a atividade docente foi sendo construída convenientemente; o que de início pode ter sido considerado uma

5 Memória estatística do Brasil. <https://archive.org/etream/rpescatarina1906#page/n19/mode/2up> (p.19)

insensatez conceder às mulheres o poder de educar, foi se revelando uma boa escolha, amparado num discurso de gênero, os reformadores da educação passaram a ver que “as mulheres teriam “por natureza” uma inclinação para o trato com as crianças (...), no qual o magistério representava “a extensão da maternidade” para cada aluno ou aluna, vistos como um filho ou filha espiritual” (LOURO, 2004, p.450)

O Censo demográfico de 1940 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) demonstra que a realidade da desigualdade de cor e gênero continuavam presentes na educação e que o perfil sexista da carreira do magistério confirmava-se no referido momento histórico, como se pode atestar no gráfico abaixo:

RECENSEAMENTO GERAL DE 1940

PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES, SEGUNDO A INSTRUÇÃO E A CÔR

INSTRUÇÃO E CÔR	TOTALS			PESSOAS DE 5 A 29 ANOS					
	Total	Homens	Mulheres	De 5 a 9 anos		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos	
				Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TOTALS	34 796 665	17 358 587	17 438 078	2 923 976	2 854 840	4 839 884	4 932 119	3 485 153	3 684 572
<i>Sabem ler e escrever</i>	13 292 605	7 344 772	5 947 833	393 918	400 556	2 049 206	2 082 733	1 798 118	1 512 148
Branços	10 359 796	5 662 197	4 677 599	314 612	313 051	1 981 077	1 597 039	1 358 343	1 176 982
Pretos	994 905	533 469	461 434	23 732	24 422	153 169	159 879	145 005	105 562
Amarelos	117 713	71 321	46 392	4 710	4 492	21 930	19 103	17 510	10 519
Pardos e de côr não declarada	1 880 193	1 057 785	822 408	50 864	52 591	293 032	306 712	277 260	219 085
<i>Não sabem ler nem escrever</i>	21 295 490	9 908 255	11 387 235	2 467 350	2 375 308	2 771 928	2 831 130	1 678 374	2 164 177
Branços	11 587 489	5 340 045	6 247 444	1 476 798	1 431 253	1 446 094	1 494 981	855 442	1 142 140
Pretos	4 186 728	1 979 605	2 207 123	391 307	370 926	561 370	564 602	362 283	440 310
Amarelos	80 000	35 193	44 805	12 207	11 790	6 791	7 485	4 182	7 294
Pardos e de côr não declarada	5 441 273	2 553 410	2 887 863	587 038	561 339	737 873	764 062	456 467	574 433
<i>De instrução não declarada</i>	208 570	105 560	103 010	62 708	58 976	18 750	18 256	8 661	8 247
Branços	128 408	65 377	63 231	41 371	39 264	10 680	10 505	4 525	4 114
Pretos	31 004	15 546	15 458	8 209	7 603	3 249	3 073	1 510	1 528
Amarelos	2 239	1 095	1 144	697	727	139	147	87	87
Pardos e de côr não declarada	46 719	23 542	23 177	12 431	11 382	4 682	4 531	2 539	2 518

Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf

Em entrevista⁶ realizada com uma dedicada professora normalista aposentada, a senhora Izabel da Silva Lins, de cor branca, nascida em Florianópolis em 04 de julho de 1924, portanto atualmente com os seus lúcidos 96 anos, que atuou no Grupo Escolar Francisco Tolentino, na parte central da cidade de São José, entre os anos de 1947 a 1957, a mesma afirmou que durante todo esse período que lecionou na escola, nunca teve nenhuma colega professora que fosse afrodescendente e entre os estudantes, teve apenas um aluno afrodescendente, que não concluiu seu estudo.

Dizia ela: “teve um dia que eu falei com a mãe, também uma pretinha, pra saber porque o filho não tava vindo. Ela disse, ele não vem pra escola, porque não adianta, ele tem que vender, levar a mercadoria. Eles faziam pastel, eles tinham que levar, trabalhar. Então achavam ruim que ele viesse pra escola”.

Nas recordações de suas memórias sobre o cotidiano escolar vivenciado enquanto

6 Informações coletadas por entrevistas autorizadas pelo Comitê de Ética e realizadas para compor a dissertação de Mestrado “Tramas afrodescendentes de São José no Pós-abolição” em 2011.

professora em São José, estava a presença austera do diretor Aldo Câmara da Silva que “*era bom pra manter a ordem*” e das eventuais visitas do inspetor “*observava as nossas aulas dentro da sala e faziam umas perguntas, mas muitas vezes nós professoras sabíamos mais que o inspetor*”.

Por mais que as professoras passassem a ser maioria no grupo docente, os cargos de maior poder como de inspetor e diretor continuavam em sua maioria, sendo ocupados por homens. As escolas vivem, assim como na sociedade, um campo de forças, um espaço de tensões, de interesses e poder, de natureza econômica, política, social, racial e de gênero. Consagram-se como superiores os sujeitos brancos, masculinos, certos saberes e lugares, porque foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque estes contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los. A exclusão de determinados corpos impróprios e indóceis, faz parte da lógica da colonialidade, para garantir a classificação e hierarquização dos sujeitos, reproduzindo as desigualdades.

Uma outra entrevistada, dessa vez nascida em São José, a senhora Alcina Júlia da Conceição, mulher negra que ocupou as classes escolares de São José na posição de aluna, tem atualmente 102 anos, nasceu em 27 de Fevereiro de 1918 na região do Centro Histórico de São José é neta de avó escravizada e trabalhou desde criança ajudando a mãe, por isso ela costuma dizer sobre esses tempos: “*Minha infância não foi nada minha. Fui filha de família pobre.*” E sobre os tempos de escola ela se recorda:

“Estudávamos na Praia Comprida. Nós era muito pobre. Eu com sete anos entrei pra aula, gostava muito de ir pra aula. Até hoje eu me lembro o nome das minhas professoras, uma chamava-se Dona Nininha Schneider e a outra a Dona Cecília Rosa. Ainda me lembro de uma lição, do segundo livro: nesta mãozinha direita eu tenho cinco dedinhos, fazem tudo de uma penca, fazem tudo ligeirinho, são pequenos, são prendados, são formosos e pois não são, eu acho tão engraçados os dedos da minha mão. Estudamos eu e meus irmãos até o segundo ano, depois minha mãe já tirou, não me deixou estudar mais. Quer dizer, que ela dizia sempre pra nós, não adiantava, nós não ia ser doutor mesmo”.

A sofisticação do racismo presente em nossa sociedade, aliado aos interesses capitalistas patriarcais, mantiveram os negros e negras na condição de segmentos subordinados, transformando diferenças em desigualdades, o que dificultava ainda mais o acesso e a permanência a educação escolar.

Enquanto marcador identitário, o gênero irá explicar as violências sofridas por mulheres brancas e negras, bem como raça explica o racismo imposto aos homens e mulheres negras e a classe que embora possa atingir brancos e negros, no Brasil persistem os apontamentos de todos os índices de desigualdade social que a pobreza tem cor e ela é negra.

As mulheres negras no Brasil são historicamente as mais atingidas pela exclusão e desigualdades sociais, sendo comumente atingidas pelo cruzamento e sobreposição

interseccional de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais que geram as opressões e vulnerabilidades do racismo, sexismo e machismo. (AKOTIRENE, 2018)

A escola e as universidades têm sido ao longo dos séculos importantes instituições responsáveis por reproduzir a exclusão dentro de um sistema mundo – capitalista, patriarcal, ocidental, racista, cristão, moderno e colonialista, formando sujeitos que não conhecem e não valorizam sua própria história. Urge o tempo de decolonizar o conhecimento ou como diz Maria Antonieta Antonacci, implementar a decolonialidade de corpos e saberes, “porque histórias locais foram renegadas e com elas as crenças, hábitos, ofícios, memórias e a ancestralidade do próprio corpo” (ANTONACCI: 2014, p. 334).

A escola brasileira, catarinense e josefense do século XIX ainda sobrevive na escola do século XXI em muitos aspectos. Precisamos de uma outra escola, que finalmente seja pensada a partir do seu público e do espaço onde está inserida, em que a própria arquitetura proporcione uma integração entre os sujeitos de forma não hierárquica, com uma pedagogia decolonial que se comprometa para além da racionalidade do outro, um currículo decolonial em que a interculturalidade seja um eixo estruturante capaz de integrar conhecimentos indígenas e de matriz africana, no qual a concepção de letramento seja ampliada incluindo o letramento racial e a criticidade do mundo que vivemos. Assim como nos diz Catherine Walsh, a pedagogia além de sistema educativo, será vista como processo sócio-político transformador, assentado nas realidades subjetivas, nas histórias e na lutas das pessoas. (WALSH: 2009, p. 26).

Que o caminho desejado e proposto para a escola no século XXI, passe pela superação das desigualdades da escola do século XIX em São José e em todo território brasileiro. Um projeto educacional decolonial precisa ser pensado coletivamente num processo contínuo de aprender a reaprender e a respeitar os modos não-europeus de pensar e produzir conhecimento, estabelecendo um diálogo intercultural, onde esteja presente uma pluriversalidade, na qual as educadoras e educadores assumam o desafio de promover processos de desconstrução e desnaturalização de preconceitos e discriminações no cotidiano escolar, implementando uma verdadeira inclusão dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, M. A. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2013.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BOFF, Virginia Ferreira. **Educação no pós-abolição e escolarização de afrodescendentes em Florianópolis - SC (1888-1930)**. PUC, Porto Alegre, 2015.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação**. Brasília: Soc. estado. vol.31 no.1 Jan./Apr. 2016

FANON, Frantz. **Peles Negras, Máscaras brancas**. Bahia: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison M. **Frantz Fanon - Um revolucionário particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo editorial, 2018.

GERLACH, Gilberto, MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme**. São José: Clube Nossa Senhora do Desterro, 2007.

GROSGOQUEL, Ramon. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios epistêmicos do logo séc. XVI**. Sociedade e Estado, v.31, n.1, p.25-49, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In DEL PRIORE, Mary. (org.) **História das Mulheres do Brasil**. 8ª Edição. São Paulo: Contexto, 2006. p.443 - 4481

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: Retórica de la modernidade, Lógica de la colonialidade y gramática de la descolonialidad**, Buenos Aires: Ediciones Del signo, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **"Colonialidad y Modernidad-racionalidad"**. In: BONILLO, Heraclio (comp.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

SCHMIDT, Leonete Luzia. **Educação em Santa Catarina no Século XIX: as escolas de instrução elementar e secundária e os debates nos jornais da época**. Florianópolis: DIOESC, 2012.

SEBRÃO, Graciane Daniela. **Educação dos Negros em Santa Catarina: narrativas, experiências e expectativas (1850-1889)**. Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

SEBRÃO, Graciane Daniela. **Presença, ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro - Santa Catarina (1870 - 1888)**. UDESC- FAED, PPGE - Florianópolis, 2010.

SILVA, Janaina Amorim. **Tramas cotidianas dos afrodescendentes de São José no pós-abolição**. 2011. 97 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

VILLELA, Heloísa de O. S. **"O mestre-escola e a professora"**. In : LOPES, Eliane M. P. T., FILHO, Luciano M. F., VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 5ed., Belo horizonte: Autêntica, 2011, p. 108.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (org) **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro, 7 letras, 2009.

TEIVE, Gladys Mary. **Uma vez normalista, sempre normalista. A presença do método de ensino intuitivo ou lições de coisas na construção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense - 1911- 1935)**. Tese de Doutorado. Universidade do Paraná, 2005.

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem CTSA 147, 155

Amazônia 10, 57, 63, 70, 72, 246

Aprendizagem 11, 12, 3, 5, 6, 46, 50, 52, 55, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 75, 81, 82, 83, 84, 85, 95, 96, 97, 98, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 142, 143, 144, 145, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 181, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 193, 211, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 227, 228, 229, 230, 247

Aprendizagem significativa 63, 75, 133, 135, 136, 142, 144, 190, 213, 214, 217, 220

Aprendizaje 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Arquitetura Sustentável 156

Arte 13, 55, 77, 80, 85, 86, 93, 118, 147, 208, 212, 213, 215, 217, 219

Avaliação 11, 1, 3, 4, 5, 6, 8, 43, 46, 54, 55, 66, 78, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 128, 129, 131, 135, 142, 159, 161, 176, 201, 203, 215

Avaliação da Aprendizagem 46, 96, 98, 106

Avaliação Escolar 96, 97, 110

Avaliação Intersubjetiva Simétrica e Pluridimensional da Aprendizagem (AISPA) 96

C

Cognitivo 108, 111, 150, 198, 199, 206, 207, 218, 232, 237, 242, 244

Colonialidade 10, 9, 10, 12, 13, 17, 19

Constructivismo 20, 25, 27, 33, 244

Cuidados 6, 222, 223, 224, 225, 228

D

Decolonialidade 10, 9, 10, 18

Desarrollo 22, 23, 29, 31, 32, 35, 37, 38, 41, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Desenvolvimento de habilidades 67, 195, 206, 211, 228

E

Educação 2, 9, 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 93, 94, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 110, 111, 113, 118, 119, 120, 121,

122, 123, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 143, 144, 145, 147, 148, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 170, 171, 174, 176, 180, 182, 183, 184, 185, 189, 190, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 212, 215, 217, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 246, 247

Educação 4.0 57, 58, 59, 61, 66, 67

Educação Ambiental 77, 78, 79, 136, 156, 158, 159, 160, 161, 163, 176, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Educação infantil 94, 148, 190, 206, 212, 229

Educação Profissional 44, 45, 46, 55, 56

Enfermagem 12, 13, 65, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 193, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Engenharia Didática 11, 80, 82, 83, 84, 86, 92, 93

Ensino 9, 10, 11, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 15, 19, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 94, 95, 97, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 121, 122, 123, 125, 127, 129, 131, 132, 134, 135, 136, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 193, 195, 202, 203, 204, 207, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 246, 247

Ensino da Química 121

Ensino de Matemática 183, 184, 185, 190, 246

Ensino Médio Integrado 10, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 56

Escola 11, 3, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 47, 49, 51, 54, 55, 59, 62, 63, 67, 68, 70, 72, 75, 77, 78, 80, 86, 88, 92, 97, 102, 103, 104, 106, 119, 120, 121, 122, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 207, 210, 211, 213, 216, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Escola ribeirinha 70

Escolas Sustentáveis 156, 159, 161, 163

Ética 12, 16, 104, 105, 110, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 212, 219, 224, 228, 231

Evasão escolar 43, 97

Extensão Universitária 69, 192, 194

F

Feira de ciências 70, 75, 76, 77, 141

Formação Docente 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39

Formas de expressão 206, 208

G

Geometria 11, 80, 81, 84, 85, 86, 88, 92, 93, 94

H

Hidrocarbonetos 121, 124, 126, 130

I

Interdisciplinaridade 61, 78, 79, 172, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 192, 193, 194, 196, 200, 201

Intuição 12, 164, 165, 166, 168, 169

J

Jogo Didático 11, 133, 135, 136, 140, 142

Jogo Lúdico 121, 129

Jogos 68, 69, 81, 82, 86, 121, 122, 123, 127, 129, 130, 131, 132, 135, 143, 145, 183, 184, 185, 188, 190, 209, 211

L

Literatura 11, 30, 31, 32, 82, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 172, 175, 216

M

Metodologia 11, 13, 48, 57, 62, 65, 66, 71, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 98, 113, 116, 118, 121, 123, 125, 131, 135, 146, 166, 182, 183, 185, 188, 201, 204, 208, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Metodologia Ativa 13, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Metodologia Inovadoras 57

P

Pedagogia Crítica 24, 27, 28, 42

Pedagogia da Problematização 213, 216

Permanência e êxito 43, 44, 47

Positivismo 20, 24, 25, 26, 33

Processos 27, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 244

Psicologia Comunitária 192

Psicologia da Saúde 192, 196, 197, 198

Psicologia Escolar 192, 196

Q

Química Orgânica 11, 121, 123, 126

R

Raciocínio Matemático 169, 170

Racismo 9, 17, 18, 19

Regionalismo 147

Resíduos Tóxicos 133, 136

Resolução de problemas 12, 164, 165, 170

S

Sexismo 9, 18, 19

Sociocultural 41, 75, 77, 199, 232, 233, 237, 239, 241, 244

Sustentabilidade 12, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 79, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 194, 222, 224, 231

T

Tangram 11, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Tecnologia 9, 45, 46, 57, 58, 60, 62, 63, 66, 67, 69, 131, 133, 147, 148, 155, 165, 170, 183, 184, 189, 218

Temáticas Ambientais 10, 70, 72, 73, 74, 76, 77, 78

Teoría Crítica 20, 25, 27, 29, 35, 36

V

Valores 13, 23, 24, 26, 45, 87, 96, 97, 98, 99, 102, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 116, 119, 120, 129, 152, 163, 169, 172, 173, 174, 175, 180, 198, 199, 200, 211, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 244

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação e a Apropriação e Reconstrução do Conhecimento Científico

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 